CNP Seguros holding | Brasil

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

4.1. Risco de crédito

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2021			31/12/2020		
Composição dos ativos	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**–**	**34.817**	**34.817**	**–**	**12.347**	**12.347**
Fundos de investimentos	–	34.817	34.817	–	12.347	12.347
Disponíveis para venda	**14.228**	**–**	**14.228**	**36.118**	**–**	**36.118**
Letras do tesouro nacional	14.228	–	14.228	35.069	–	35.069
Notas do tesouro nacional	–	–	–	1.049	–	1.049
Exposição máxima ao risco de crédito	**14.228**	**34.817**	**49.045**	**36.118**	**12.347**	**48.465**

4.2. Risco de liquidez

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

4.2.1. Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

As carteiras dos fundos de investimentos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento.

	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Percentual
Valor justo por meio do resultado								
Fundos de investimento	34.817	34.817	12.347	12.347	34.817	–	–	70,99%
Subtotal	**34.817**	**34.817**	**12.347**	**12.347**	**34.817**	**–**	**–**	**70,99%**
Disponível para venda								
Letras do tesouro nacional	14.228	14.432	35.069	33.927	–	14.228	–	29,01%
Notas do tesouro nacional	–	–	1.049	1.048	–	–	–	0,00%
Subtotal	**14.228**	**14.432**	**36.118**	**34.975**	**–**	**14.228**	**–**	**29,01%**

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**48.465**	**47.455**
Aplicações	49.299	608
Resgates	(50.238)	(2.118)
Rendimentos	2.864	2.805
Ajustes TVM	(1.345)	(285)
Saldo final	**49.045**	**48.465**

5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

A totalidade das aplicações apresentadas na nota 5.1 está classificada no Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo.

b. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Letras do Tesouro Nacional	Pré 8,10%	Pré 7,33% a 9,01%
Notas do Tesouro Nacional	–	Pré 9,80%

6. Títulos e créditos a receber

6.1. Créditos tributários e previdenciários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

	31/12/2021				
	Contribuição social		Imposto de renda		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	–	–	282	282
Adições temporárias	–	16	–	26	42
Tributos diferidos - TVM	–	30	–	51	81
Total	**–**	**46**	**–**	**359**	**405**

	31/12/2020				
	Contribuição social		Imposto de renda		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	–	1.353	–	1.353
Adições temporárias	–	4	–	6	10
Total	**–**	**4**	**1.353**	**6**	**1.363**

7. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

7.1. Obrigações a pagar

Os saldos são demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	–	47
Dividendos	179	284
Participação nos lucros - bônus	79	–
Total	**258**	**331**

7.2. Impostos e contribuições

São representados integralmente pelo IRPJ e pela CSLL a recolher. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 448 (31 de dezembro de 2020 - R$ 662).

7.3. Tributos diferidos

São representados integralmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. Não apresentou saldo nessa rubrica em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R$ 457).

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado está composto por 40.000.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada.

8.2. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

8.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 453 (31 de dezembro de 2020 - R$ 416).

b. Reserva de retenção de lucros - É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 8.436 (31 de dezembro de 2020 - R$ 7.616).

8.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	752	1.196
(–) Reserva Legal	(37)	(60)
Base de cálculo de dividendos	**715**	**1.136**
Dividendo mínimo - 25%	179	284
Dividendos propostos	179	284
Dividendos provisionados	**179**	**284**

9. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Patrimônio líquido	**48.767**
(+) Ajustes contábeis	**(55)**
Despesas antecipadas	(43)
Ativos Intangíveis	(12)
(–) PLA Nível 3 - (C)	**124**
PLA Nível 1 - (A)	**48.588**
PLA Nível 2 - (B)	**–**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	124
PLA Nível 3 - (C)	**124**
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)	**–**
Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C)	**48.712**

Capital base e capital adicional	**31/21/2021**
Capital base	**15.000**
Capital de risco de crédito	2.866
Capital de risco de mercado	7.458
Benefício da correção entre risco	(1.691)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**15.000**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**33.712**
% Suficiência – (F)/(E)	**225%**

10. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Brasil Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	94	–	–	–	194	–	–	–
Dividendos								
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(179)	–	–	–	(284)	–	–
Operações de seguros								
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	1	–	–	–	–
Remuneração do pessoal-chave da administração								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(703)	–	–	–	(240)

11. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

Despesas administrativas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Pessoal próprio	(910)	(355)
Serviços de terceiros	(216)	(106)
Localização	(28)	(21)
Publicações legais	(40)	(40)
Contribuições para entidade de classe	(28)	(108)
Total	**(1.222)**	**(630)**

Despesas com tributos	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Taxa de fiscalização	(191)	(182)
Total	**(191)**	**(182)**

Receitas/despesas financeiras	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Resultado com títulos de renda fixa	1.484	2.504
Resultado com fundos de investimentos	1.380	301
Outras receitas e despesas financeiras	(65)	112
Total	**2.799**	**2.917**

12. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.307	1.307	2.057	2.057
Base de cálculo	**1.307**	**1.307**	**2.057**	**2.057**
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(261)**	**(327)**	**(308)**	**(514)**
Ajustes do lucro real	108	108	171	171
Ajustes temporários diferidos	(60)	(80)	(13)	(13)
Efeito do diferencial da alíquota até jun/21	(131)	–	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(83)**	**28**	**158**	**158**
Tributos sobre os ajustes	**16**	**(7)**	**(24)**	**(39)**
Incentivos fiscais	**–**	**24**	**–**	**24**
Despesa contabilizada	**(245)**	**(310)**	**(332)**	**(529)**
Taxa efetiva	**18,73%**	**23,69%**	**16,14%**	**25,74%**

13. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no • 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

Conselho de Administração

Eduardo Fabiano Alves da Silva - Presidente | **Claudio Salituro** | **Maximiliano Alejandro Villanueva** | **Pedro Duarte Guimarães** | **Asma Zidani Ep Baccar**

Diretoria Executiva

Marcos Centin Dornelles
Diretor Presidente

Federico Javier Tapia Salazar
Diretor Financeiro

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires
Contador - CRC DF 014151/O-6

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Youse Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Youse Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Youse Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aplicações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme descrito na notas explicativas n°1, 2.4 e 5, a Companhia ainda não iniciou a comercialização de seguros, todavia possui aplicações financeiras em títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos, que representam parte substancial do total do ativo. Devido a relevância das aplicações financeiras e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras da Companhia, consideramos as aplicações financeiras como o principal assunto de auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de registro, valorização e custódia das aplicações financeiras; (ii) com o auxílio dos nossos especialistas de instrumentos financeiros efetuamos o recálculo independente do valor justo e do custo amortizado das aplicações financeiras, utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos; (iii) avaliação da existência desses ativos por meio de confirmação independente com os órgãos custodiantes; e (iv) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0